

PLANO DE TRABALHO FUNDO A FUNDO -EQUIPAMENTOS HOSPITALARES

1 – CONCEDENTE

Órgão: Secretaria de Estado da Saúde de Goiás	CNPJ: 02.529.964/0001-57
Gestor: Rasível dos Reis Santos Júnior	Processo nº: 202300010002999
Endereço: Rua SC-1, 299 – Parque Santa Cruz – Goiânia-GO	

2 – PROPONENTE

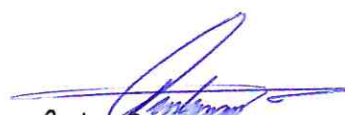
Nome: Fundo Municipal de Saúde de Lagoa Santa		CNPJ: 11.390.064/0001-62
Gestor do Fundo: Gustavo Rodrigues Da Silva		CPF: 054.418.981-78
Endereço: Rua Joaquim Leonel Menezes, s/nºQd 35 Lt 01, Bairro Pousada das Nascentes, Lagoa Santa - GO		
Dados bancários		
<i>Observação: Em atenção ao inciso X, do Decreto Estadual 10.218/2023, esclarecemos que: É obrigação do conveniente manter e movimentar os recursos em conta bancária específica para o repasse, com a comprovação do saldo inicial zerado.</i>		
Banco: Brasil	Agência: 931-8	Conta Corrente: 16390-2

3 – DADOS DA UNIDADE ASSISTIDA

Unidade: Centro de Saúde Lagoa Santa	CNES: 2382989
Endereço: Avenida Antônio Luiz De Moraes nº02	
Cidade: Lagoa Santa	Natureza: Administração Pública
Serviços ofertados: (X) Ambulatorial (x) Internação () UTI () SADT () Hospital dia D Outros:	

4 –DESCRIÇÃO DO OBJETO

Identificação do objeto a ser executado: O presente Plano de Trabalho tem como objeto a aquisição de equipamentos, sendo: - Monitor Cardíaco Multiparamétrico - Cardioversor/Desfibrilador


Gustavo Rodrigues da Silva
Secretário Municipal de Saúde
e Saneamento Básico
Portaria Nº 005/2025

Com o objetivo de estruturar e qualificar a assistência prestada no Centro de Saúde Lagoa Santa, garantindo melhoria da capacidade de resposta clínica, segurança e qualidade nos atendimentos de urgência e emergência.

Período de execução: 12 meses

Início: 19/09/2025

Término: 19/09/2026

Justificativa:

O Município de Lagoa Santa Estado de Goiás tem uma população estimada em 2024 conforme dados do IBGE de 1.426 habitantes. Com uma densidade demográfica de 3,00 hab/ km². Com uma área geográfica de 463,289km². Ressalta-se, ainda, que Lagoa Santa apresenta um número significativo de população flutuante, em decorrência do turismo, uma das principais economias do Município. O índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é de 0,740.

A assistência à Saúde é garantida basicamente pelo Sistema Único de Saúde (SUS), em toda a linha de cuidado, desde a Atenção Primária até os atendimentos clínicos de Média Complexidade, como: Primeiro atendimento em Pronto Socorro, estabilização de pacientes, imobilização com e sem gesso, observação 24 horas, exames laboratoriais básicos, Raios – X, Ultrassonografias e eletrocardiogramas. Os demais atendimentos são realizados em PPI – Pactuação Integrada de forma organizada, Regionalizada e hierarquizada. Destaca-se que a atenção à saúde deve centrar as diretrizes na qualidade dos serviços prestados aos usuários, com atenção acolhedora, resolutiva e humanizada, com seus recursos humanos e técnicos, oferecendo, segundo grau de complexidade de assistência requerida, a sua capacidade operacional, quanto a oferta de serviços de saúde adequados aos princípios do SUS.

A unidade em tela, dispõe de equipamentos e instrumentos de trabalho, mas necessita de incremento de recursos diante disso, torna-se imprescindível a presente solicitação, por meio da indicação de emenda parlamentar, cujo objetivo é viabilizar a aquisição de dois veículos, conforme especificado na planilha em anexo. A concretização dessa ação permitirá a qualificação dos serviços de saúde já existentes e, sobretudo, a ampliação do acesso da população aos atendimentos de Atenção Básica. Neste aspecto faz-se necessário o fortalecimento das ações de saúde, um dos pontos importantes a ser destacados e o investimento em logística, ação necessária para suportar as demandas diárias da saúde, no que tange o transporte de equipe dentro território para atendimentos domiciliares, e extra território para acesso a outros serviços como: Transporte de equipe para treinamento, transporte de documentos e materiais de exames para realização extra – território e etc. Diante desta necessidade apresentamos essa proposta a fim de firmar uma parceria junta a Governo do Estado através da Secretaria Estadual de Saúde, utilizando os recursos destinado ao município por meio de emenda parlamentar.

5 – DAS METAS A SEREM ATINGIDAS

5.1 Metas relacionadas ao objeto:

Aquisição dos Equipamentos:

- Realizar a compra dos equipamentos Monitor Cardíaco Multiparamétrico e Cardioversor/Desfibrilador conforme as especificações técnicas estabelecidas, com base na emenda parlamentar.
- Instalação e Testes de Funcionamento
- Garantir a instalação e adequação dos equipamentos nos setores indicados, seguido de testes operacionais para assegurar o pleno funcionamento e a calibração dos dispositivos.
- Capacitação de Equipe Técnica
- Promover treinamento e capacitação dos profissionais de saúde envolvidos na operação dos novos equipamentos, garantindo que todos possuam a competência necessária para o uso adequado e seguro.
- Monitoramento e Avaliação de Desempenho
- Acompanhar o desempenho dos equipamentos através de relatórios mensais, assegurando que estejam sendo utilizados de maneira eficaz para a monitorização dos pacientes.
- Entrega Formal dos Equipamentos à Unidade de Saúde


Gustavo Rodrigues da Silva
Secretário Municipal de Saúde
e Saneamento Básico
Portaria Nº 005/2025

- Realizar um evento formal de entrega dos equipamentos para a unidade de saúde, com a presença de representantes da administração pública e profissionais de saúde.

5.2 Metas assistenciais:

- Aumento na Qualidade do Atendimento
- Melhorar a qualidade do atendimento cardiológico, permitindo a monitorização contínua e precisa dos pacientes, com a consequente redução de complicações cardiovasculares.
- Redução da Mortalidade por Problemas Cardiovasculares
- Reduzir a taxa de mortalidade relacionada a eventos cardíacos por meio do uso mais eficaz dos novos equipamentos, com maior precisão nos diagnósticos e intervenções imediatas.
- Aumento da Eficiência nos Processos de Atendimento
- Diminuir o tempo de resposta a emergências cardíacas, permitindo um atendimento mais ágil e eficaz, com a utilização dos Monitores Cardíacos Multiparamétricos e Cardioversores/Desfibriladores.
- Capacitação Contínua da Equipe Assistencial
- Garantir que os profissionais de saúde participem de programas contínuos de capacitação, com foco na utilização dos novos equipamentos e na atualização de boas práticas no atendimento a pacientes críticos.

6 -DAS ETAPAS OU FASES DE EXECUÇÃO

DESCRIÇÃO:

O processo de execução do projeto será desenvolvido de acordo com as seguintes etapas:

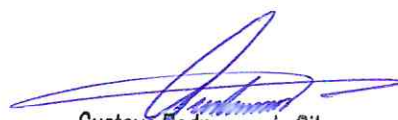
- Planejamento e Definição do Escopo
- Levantamento das necessidades e especificações técnicas dos equipamentos.
- Definição dos processos logísticos, cronograma e fornecedores para a aquisição.
- Realização do processo de licitação ou contratação direta, conforme o regulamento da emenda parlamentar.
- Formalização da compra e contratação do fornecedor.
- Aquisição dos Equipamentos.
- Entrega e Instalação dos Equipamentos
- Recebimento dos equipamentos, conferência das especificações e condições de entrega.
- Instalação técnica dos dispositivos nas unidades de saúde designadas.
- Realização de treinamentos para os profissionais de saúde e técnicos responsáveis pela operação dos equipamentos.
- Relatório Final e Prestação de Contas

7 - DO VALOR DO PROJETO

Valor total: 100.000,00

Caso haja necessidade o município entrará com a contrapartida.

8 – DO PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS


Gustavo Rodrigues da Silva
 Secretário Municipal de Saúde
 e Saneamento Básico
 Portaria Nº 005/2025

DESCRIÇÃO:

- Os recursos serão utilizados exclusivamente para a aquisição de equipamentos médico-hospitalares descritos neste Plano de Trabalho.
- A aplicação seguirá os princípios da legalidade e transparência, com foco na melhoria dos atendimentos hospitalares do Hospital Municipal de Lagoa Santa.
- A execução será acompanhada por equipe técnica responsável, garantindo que os equipamentos sejam comprados, instalados e utilizados corretamente, com prestação de contas conforme a legislação vigente.

9 – CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

ANO: 2023	
PARCELA ÚNICA	Valor Total: 100.000,00 Caso haja necessidade o município entrara com contra partida

10 - OBRIGAÇÕES DAS PARTES

10.1 – DO CONCEDENTE - DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

- Transferir os recursos financeiros para execução do presente Repasse Fundo a Fundo, em conformidade com o cronograma de desembolso do Plano de Trabalho, observada a disponibilidade financeira e as normas legais pertinentes.
- Acompanhar, supervisionar, coordenar, fiscalizar e prestar assistência técnica na execução deste Repasse Fundo a Fundo, diretamente ou por intermédio de órgãos e entidades habilitadas.
- Examinar excepcionais propostas de alterações no Plano de Trabalho, desde que não impliquem mudanças que alterem substancialmente o objeto e os objetivos deste ajuste.
- Analisar e emitir pareceres acerca dos relatórios de execução físico-financeira e das prestações de contas relativas ao objeto do presente Convênio.
- Comunicar a **PROPONENTE** qualquer situação de irregularidade relativa à prestação de contas dos recursos envolvidos, que possam motivar suspensão ou impedimento de liberação de novas parcelas, assinando prazo de até 30 (trinta) dias para a regularização.
- Designar um representante como gestor que acompanhará e fiscalizará a execução deste Repasse Fundo a Fundo.
- Apreciar as prestações de contas parciais ou totais apresentados pela **PROPONENTE**, podendo deixar de aprová-las sempre que verificar a ocorrência de algum dos seguintes eventos:
 - Inexecução total ou parcial do objeto pactuado;
 - Desvio de finalidade na aplicação dos recursos transferidos;
 - Impugnação de despesas, se realizadas em desacordo com as disposições do ora pactuado;
 - Não utilização, total ou parcial, da contrapartida pactuada;
 - Não aplicação ou não devolução de rendimentos de aplicações financeiras, no caso da não utilização dos recursos transferidos;
 - Não devolução de eventuais saldos de recursos estaduais, apurado na execução do objeto;
 - Ausência de documentos exigidos na prestação de contas, de forma a comprometer o julgamento da regular aplicação dos recursos.


Gustavo Rodrigues da Silva
Secretário Municipal de Saúde
e Saneamento Básico
Portaria Nº 005/2025

- Efetuar o repasse financeiro, em um prazo de até 30 (trinta) dias, após a publicação no Diário Oficial.
- A previsão de que o valor do repasse a ser realizado pelo concedente não poderá ser aumentado, salvo se ocorrer situação capaz de justificá-lo, de acordo com a apresentação e a aprovação prévia pela administração de projeto adicional detalhado, também conforme a comprovação da fiel execução das etapas anteriores e da devida prestação de contas, além da observância da proporcionalidade da contrapartida, que deverá ser formalizado mediante termo aditivo, nos moldes delineados pelo art. 11, V do Decreto nº 10.248/2023;
- A prerrogativa de o órgão ou a entidade concedente dos recursos financeiros vir a assumir diretamente ou transferir a outrem a responsabilidade pela execução do objeto, quando isso couber, no caso da sua paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar a descontinuidade, inclusive com a possibilidade de alterar o plano de trabalho em situações especiais devidamente justificadas, conforme previsto no artigo 11, VIII do Decreto nº 10.248/2023.

10.2 – DO PROPONENTE

- Executar direta ou indiretamente o objeto deste Repasse Fundo a Fundo, nos termos do Plano de Trabalho ora pactuado e da legislação pertinente, observando sempre os prazos ajustados, os critérios de qualidade técnica e a razoabilidade dos custos.
- Registrar em sua contabilidade analítica os atos e fatos administrativos de gestão dos recursos alocados a este Repasse Fundo a Fundo.
- Prestar contas dos recursos transferidos pelo CONCEDENTE, da contrapartida e dos rendimentos das aplicações financeiras, de conformidade com o disposto no presente instrumento, bem como da legislação vigente.
- Permitir o livre acesso de servidores do CONCEDENTE e de seus órgãos de controle interno e externo, aos processos, documentos, informações, instalações e sistemas referentes ao objeto do presente ajuste, em qualquer tempo e lugar, bem como a todos os atos e fatos relacionados, direta ou indiretamente, ao ora pactuado.
- Arcar com todo e qualquer ônus de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária, social ou cível, decorrente da execução deste Repasse Fundo a Fundo.
- Aplicar os recursos recebidos, bem como os rendimentos auferidos nas aplicações financeiras, exclusivamente na execução do Plano de Trabalho.
- Manter os documentos comprobatórios das despesas realizadas, objeto deste Repasse Fundo a Fundo, arquivados em boa ordem, no próprio local em que foram contabilizados, pelo prazo de dez anos, contado da aprovação da prestação de contas do Gestor do órgão.
- Por nas faturas, notas fiscais e quaisquer outros documentos de despesa, obrigatoriamente emitidos em nome da **PROPONENTE**, o carimbo identificador com o título, número e ano do Repasse Fundo a Fundo.
- Restituir ao CONCEDENTE, obrigatoriamente, os saldos remanescentes não utilizados durante a vigência do Repasse Fundo a Fundo, deverá ser recolhido na conta corrente, observando-se a proporcionalidade de suas transferências, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias da conclusão do objeto do Repasse Fundo a Fundo, sob pena da imediata instauração de tomada de contas especial do responsável.
- Apresentar proposta de Plano de Ação para a execução do Projeto.


Gustavo Rodrigues da Silva
Secretário Municipal de Saúde
e Saneamento Básico
Portaria Nº 005/2025

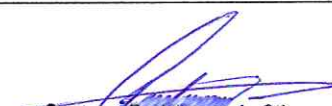
11 – DAS VEDAÇÕES

- Realizar despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;
- Transferir a execução do objeto do repasse, exceto para as contratações necessárias à execução do plano de trabalho e observados os princípios da administração pública;
- Pagar, a qualquer título, a servidor ou empregado público, integrante do quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da administração direta ou indireta, por serviços de consultoria ou assistência técnica, salvo nas hipóteses previstas em leis específicas, compatíveis com a lei de diretrizes orçamentárias vigente;
- Alterar o objeto do repasse de forma a descaracterizá-lo;
- Utilizar, ainda que em caráter emergencial, os recursos para finalidade diversa da estabelecida no instrumento;
- Realizar despesa em data anterior à vigência do instrumento;
- Realizar despesa em data posterior à vigência do instrumento, salvo os pagamentos cujo fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência do instrumento pactuado;
- Realizar despesas com publicidade, salvo a de caráter educativo, informativo ou de orientação social, da qual não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal e desde que previstas no Plano de Trabalho;
- Celebrar instrumentos para a execução de obras e serviços de engenharia, bem como aquisições de equipamentos, cujo valor total de repasse seja inferior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), conforme estabelecido no § 5º do art. 15 do Decreto nº 10.634/2025.
- Os recursos não poderão ser gastos com a remuneração de pessoal próprio das entidades e com terceirizados contratados pelos órgãos das Administrações Públicas Estaduais e/ou Municipais, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), férias, décimo terceiro salário, salários, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas, nos moldes do § 9º do Art. 111 da Constituição Estadual de Goiás.

12 - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

É dever da **PROPONENTE** apresentar prestação de contas que contenha elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar a execução do objeto conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e do resultado esperado, nos prazos previstos e em obediência às normas legais aplicáveis à matéria.

- A prestação de contas e todos os atos que dela decorram dar-se-ão em plataforma eletrônica, permitindo a visualização de qualquer interessado.
- A prestação de contas dos recursos recebidos deverá ser organizada em ordem cronológica de acordo com as metas estabelecidas e deverá ser acompanhada dos seguintes documentos e anexos:
- Ofício de encaminhamento; relatório de execução do objeto contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;
- Relatório circunstanciado do cumprimento do objeto;

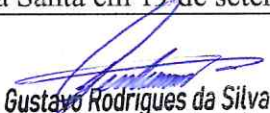

Gustavo Rodrigues da Silva
Secretário Municipal de Saúde
e Saneamento Básico
Portaria Nº 005/2025

- Cópia do Plano de Trabalho aprovado pelo ordenador de despesa;
- Cópia do termo firmado, com indicação da data de sua publicação;
- Relatório de execução físico-financeira;
- Demonstrativo da execução da receita e da despesa, evidenciando os recursos recebidos em transferência, da contrapartida, dos rendimentos obtidos na aplicação dos recursos no mercado financeiro, quando for o caso, e os saldos;
- Relação de pagamentos efetuados com os recursos do CONCEDENTE e PROPONENTE, bem como dos provenientes da aplicação financeira;
- Relação dos bens permanentes adquiridos com os recursos do CONCEDENTE e PROPONENTE, bem como dos provenientes da aplicação financeira;
- Relação dos bens de consumo adquiridos com os recursos do CONCEDENTE e PROPONENTE, bem como dos provenientes da aplicação financeira;
- Relação dos serviços de terceiros com os recursos do CONCEDENTE e PROPONENTE, bem como dos provenientes da aplicação financeira;
- Extrato da conta bancária específica, do período do recebimento da primeira parcela até o último pagamento, demonstrando a conta zerada, e, se for o caso, a conciliação bancária;
- Extratos da conta de aplicação financeira, com a especificação de todos os rendimentos obtidos no período e a demonstração da conta zerada;
- Cópias do termo de aceitação definitiva da obra, termos de medição, planilha orçamentária e projetos executivos, quando o objeto visar à realização de obra ou serviço de engenharia;
- Comprovante de recolhimento do saldo de recursos ao Tesouro Estadual;
- As cópias dos despachos adjudicatório e homologatório das licitações realizadas ou a justificativa para a sua dispensa ou a sua inexigibilidade, com o respectivo embasamento legal;
- A cópia dos contratos firmados com os respectivos aditivos e publicações, quando for o caso;
- Relação de localização dos bens adquiridos;
- Notas fiscais/faturas;
- Relatório fotográfico dos bens adquiridos e obras realizadas;
- Relação de treinados ou capacitados, quando for o caso;
- O termo de compromisso por meio do qual a PROPONENTE fica obrigada a manter os documentos relacionados ao convênio pelo prazo de 5 (cinco) anos, da data em que foi aprovada a prestação de contas.
- Quando se tratar de prestação de contas parcial, será exigido apenas o disposto nos incisos I, II, III, IV, V, XI e XII do art. 22 do Decreto 10.248 de 31 de março de 2023.

13 – DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal, declaro, para fins de prova junto à Secretaria de Estado da Saúde – SES/GO, para os efeitos e sob as penas da Lei, que inexistem débitos de qualquer natureza junto a quaisquer órgãos ou Entidades da Administração Pública Estadual, que impeçam a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas no Orçamento do Fundo Estadual de Saúde – FES, na forma deste Plano de Trabalho.

Lagoa Santa em 19 de setembro de 2025.


Gustavo Rodrigues da Silva
Secretário Municipal de Saúde
e Saneamento Básico
Portaria Nº 005/2025

Assinatura: _____



Gustavo Rodrigues da Silva
Secretário Municipal de Saúde
e Saneamento Básico
Portaria Nº 005/2025

Gustavo Rodrigues Da Silva

14 – APROVAÇÃO DA CONCEDENTE

Ante a manifestação favorável das áreas técnicas da SES/GO envolvidas na avaliação da viabilidade de execução do presente Plano de Trabalho, conforme pareceres e despachos acostados nos autos, o Secretário de Estado da Saúde **APROVARÁ** o Plano de Trabalho por meio de sua assinatura, observadas as determinações impostas em lei.